

CARTA MENSAL

JULHO 2026

CENÁRIO POLÍTICO E MACROECONÔMICO

Como foi julho:

A divulgação dos indicadores de atividade e inflação (PMIs) globais de junho, divulgados no início do mês, indicou que a economia global, mesmo com diferenças entre países, mostrou resiliência no segundo trimestre, a despeito dos impactos da crise no Oriente Médio. E em relação aos preços, a mensagem foi de discreta moderação das pressões inflacionárias, que se mantiveram relevantes.

Nos Estados Unidos, os indicadores do mercado de trabalho de junho apontaram uma criação de empregos muito abaixo do esperado, com revisão para baixo dos números dos dois meses anteriores. Ao mesmo tempo, houve queda da taxa de desemprego e moderação no ritmo de crescimento dos salários. Por outro lado, os indicadores de inflação surpreenderam positivamente, registrando valores menores do que os esperados. Porém, mesmo nesse ambiente, os mercados continuaram a identificar probabilidade relevante de o Federal Reserve (Fed) elevar a taxa básica de juros. No final do mês, o Comitê de Política Monetária (FOMC) do Fed decidiu deixar a taxa de juros inalterada, mas com três dos doze membros votando por uma elevação



de 25 pontos-base. A postura do novo presidente do Fed, Kevin Warsh, de não fornecer qualquer tipo de sinalização (*forward guidance*) das suas ações, deixou os mercados mais apreensivos.

No resto do mundo, além da continuação do conflito no Oriente Médio, com o vai e volta das negociações entre os Estados Unidos e o Irã, incluindo a retomada das ações bélicas, chamou a atenção a abertura das taxas de juros longas nos países desenvolvidos, registrando valores não observados há muito tempo. E, em particular, se observou a retomada da trajetória de depreciação do iene, que provocou a intervenção conjunta entre os governos japonês e americano em suporte da moeda japonesa.

No Brasil, os indicadores de atividade econômica deram sinais de alguma acomodação, enquanto o mercado de trabalho continuou mostrando resiliência. Já os indicadores de inflação de junho e julho registraram valores inferiores aos esperados pelo mercado, com melhoria na composição. Esses resultados levaram o mercado à conclusão de que o Banco Central do Brasil (BCB) continuaria o processo de ajuste da política monetária na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do dia 5 de agosto. No campo político, continuaram as negociações visando a campanha eleitoral que deverá começar oficialmente em agosto.

O que observar em agosto:

Os PMIs de julho, divulgados no início do mês, mostraram que a atividade global continua se recuperando, ao mesmo tempo que houve diminuição adicional das pressões inflacionárias. Porém, a despeito desses resultados, o cenário global continua condicionado aos desdobramentos do conflito do Oriente Médio.

No dia 5 de agosto, o Copom, como esperado, reduziu a taxa Selic em 25 pontos-base, para 14% ao ano, em decisão unânime. O Comunicado foi bastante modificado com relação ao da reunião anterior, com o Comitê optando por uma sinalização mais austera, apontando que a magnitude e a duração do ajuste nos juros serão definidas pelos dados, e se comprometendo a manter o grau de restrição necessário para levar a inflação à meta.

No Brasil, o mês de agosto marca o início oficial da campanha eleitoral. Sendo assim, teremos pouca ou nenhuma ação legislativa no Congresso, com a classe política focada integralmente na campanha.

E no cenário internacional, no início do mês foram divulgados os indicadores do mercado de trabalho americano de julho. Foi registrada a perda de 23 mil empregos, contra uma expectativa de criação de empregos de 80 mil, e os resultados dos dois meses foram revisados para baixo. Porém, pelo segundo mês consecutivo, a taxa de desemprego registrou queda, explicada basicamente por uma nova redução da taxa de participação; isto é, pela diminuição do número de pessoas empregadas e/ou procurando emprego.

MERCADOS E ESTRATÉGIAS

Julho foi um mês de sinais opostos entre Brasil e exterior: enquanto os dados de inflação no campo doméstico trouxeram algum alento, o ambiente externo caminhou na direção contrária, com os juros longos das economias desenvolvidas em forte elevação. O resultado foi um descompasso em que boas notícias no campo doméstico conviveram com um pano de fundo global mais adverso para os ativos de risco.



Nos Estados Unidos, o FOMC preferiu não mexer na taxa básica, ainda que parte do colegiado defendesse aperto imediato. A recusa em elevar os juros, combinada à opção de Kevin Warsh por não oferecer sinalização sobre os próximos passos, frustrou parte do mercado e desencadeou uma venda expressiva nos títulos longos do Tesouro americano, que atingiram patamares não vistos há bastante tempo.

No Brasil, a leitura da inflação corrente melhorou de forma clara e reforçou a expectativa de continuidade do ciclo de flexibilização — confirmada no início de agosto com o corte da Selic para 14,00%. Esse alívio, contudo, não se propagou por toda a estrutura a termo: as taxas mais longas subiram, pressionadas pela persistência do risco fiscal e pela aproximação do calendário eleitoral.

A renda variável espelhou essa mesma divisão. A bolsa brasileira destoou positivamente do exterior e encerrou o mês em alta, amparada pelo setor de energia, favorecido pela recuperação do petróleo. No exterior, o tom foi outro: as praças internacionais recuaram, com destaque para a correção no setor de tecnologia, concentrada nas ações ligadas a semicondutores e memórias.

No câmbio, o real seguiu na contramão do estresse observado nos juros globais e voltou a se valorizar, sustentado pelo carregamento elevado e pela alta do petróleo. O petróleo, aliás, foi o fio que costurou boa parte do mês: deu suporte à moeda e às ações de energia, mas, ao mesmo tempo, reacendeu as preocupações inflacionárias que ainda limitam o espaço de manobra dos bancos centrais.

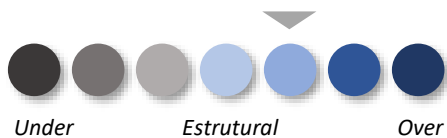
Diante desse conjunto, mantemos a ênfase na disciplina de alocação e na seletividade da exposição ao risco, num cenário que ainda requer atenção à trajetória da inflação, à atuação das autoridades monetárias e aos desdobramentos do quadro político e geopolítico. Nossa alocação busca conciliar a exposição a ativos de risco com instrumentos de proteção, preservando rigor na avaliação de preços e flexibilidade para aproveitar oportunidades em meio à volatilidade. Nesse sentido, nossa estratégia orienta-se pelas seguintes diretrizes:

1. **Juros Reais:** Mantivemos as posições, tendo em vista o patamar historicamente atrativo dos ativos indexados à inflação, reforçado pela abertura recente das taxas mais longas.
2. **Juros Nominais:** Preservamos uma exposição reduzida às taxas prefixadas, dada a menor visibilidade sobre o ritmo dos cortes à frente.
3. **Crédito Privado:** Seguimos com postura seletiva, privilegiando emissores de melhor qualidade e acompanhando o comportamento dos ativos de maior volatilidade.
4. **Multimercados:** Reduzimos as posições em estratégias de multimercado, diante do desempenho da classe bastante aquém do esperado.
5. **Renda Variável:** Postura cautelosa doméstica, com viés mais positivo em renda variável americana após a correção recente.

Permanecemos atentos a um ambiente global em transformação, marcado por riscos geopolíticos persistentes, por incerteza inflacionária ainda elevada e por condições financeiras mais restritivas. Nossa atuação continua pautada pela gestão ativa, com foco na geração de retorno, aliada ao rigor de execução e à preservação de capital.



1. Renda Fixa



Julho foi mais um mês de abertura da curva de juros doméstica, com destaque para a ponta longa. Apesar da melhora da inflação corrente, o quadro fiscal, a proximidade do calendário eleitoral e a pressão vinda dos juros longos no exterior preponderaram, elevando as taxas ao longo do mês.

Do lado favorável, a inflação surpreendeu positivamente: o IPCA-15 avançou apenas 0,06%, bem abaixo do esperado e com melhora de composição. As expectativas recuaram na margem, ainda que permaneçam desancoradas, e o mercado de trabalho seguiu aquecido, com desemprego em 5,4% e geração firme de vagas formais. Esse conjunto sustentou a leitura de que o Banco Central deveria dar continuidade aos cortes em ritmo gradual, condicionado à consolidação da desinflação, à evolução das expectativas e aos riscos fiscais e cambiais.

Ainda assim, esse alívio ficou concentrado na parte curta. Nos vértices mais longos, prevaleceram os prêmios: o DI Jan/29 subiu de 14,07% para 14,09% e o DI Jan/31 avançou de 14,16% para 14,38% no mês — abertura relevante na ponta longa, que reflete o desconforto persistente com o quadro fiscal e com a eleição. O movimento reforça a preferência relativa pelos pós-fixados e pelos papéis de *duration* mais curta.

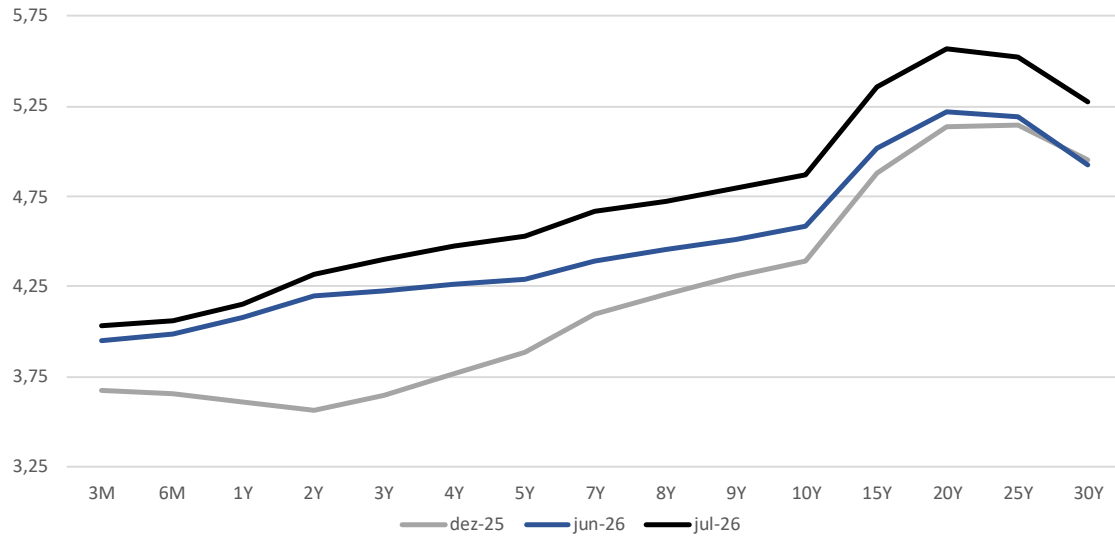
O petróleo constituiu outro fator de pressão no período. O colapso do entendimento firmado entre Estados Unidos e Irã em junho reduziu novamente o fluxo de navios pelo Estreito de Ormuz e reverteu a queda do mês anterior, com o Brent voltando a acelerar e o barril encerrando perto de US\$ 90. Quanto mais o conflito se prolonga, mais relevantes se tornam os riscos para a cadeia de oferta — vetor adicional de pressão para a inflação à frente.

O cenário externo atuou na mesma direção. O FOMC manteve a taxa em 3,50%–3,75%, mas com três dos doze membros votando por uma elevação de 25 pontos-base. O tom relativamente mais *dovish* de Kevin Warsh — que optou por não elevar os juros mesmo diante dos riscos inflacionários — acentuou o receio de uma convergência mais lenta da inflação e provocou um *sell-off* nos juros longos americanos: a Treasury de 10 anos subiu de 4,46% para 4,73% no mês, enquanto a de 30 anos chegou a tocar 5,3%. Com a abertura dos juros longos nas economias desenvolvidas, a ponta longa brasileira ganhou vetor adicional de pressão, o que ilustra a dificuldade do país em capturar integralmente qualquer alívio externo enquanto a questão fiscal permanece no centro.

Já na virada para agosto, o Copom confirmou o corte esperado pelo mercado e reduziu a Selic em 25 pontos-base, para 14,00% ao ano, em decisão unânime. Mais relevante do que o corte foi o comunicado: o Comitê adotou tom austero, reconheceu explicitamente a assimetria altista no balanço de riscos e a desancoragem adicional das expectativas para prazos mais longos — que encarece a desinflação —, além de retirar do texto as trajetórias alternativas que haviam gerado confusão na reunião anterior. Ao reforçar que seguirá mantendo a restrição monetária adequada para assegurar a convergência da inflação à meta, o Banco Central optou por uma comunicação mais simples e direta, bem recebida pelo mercado.

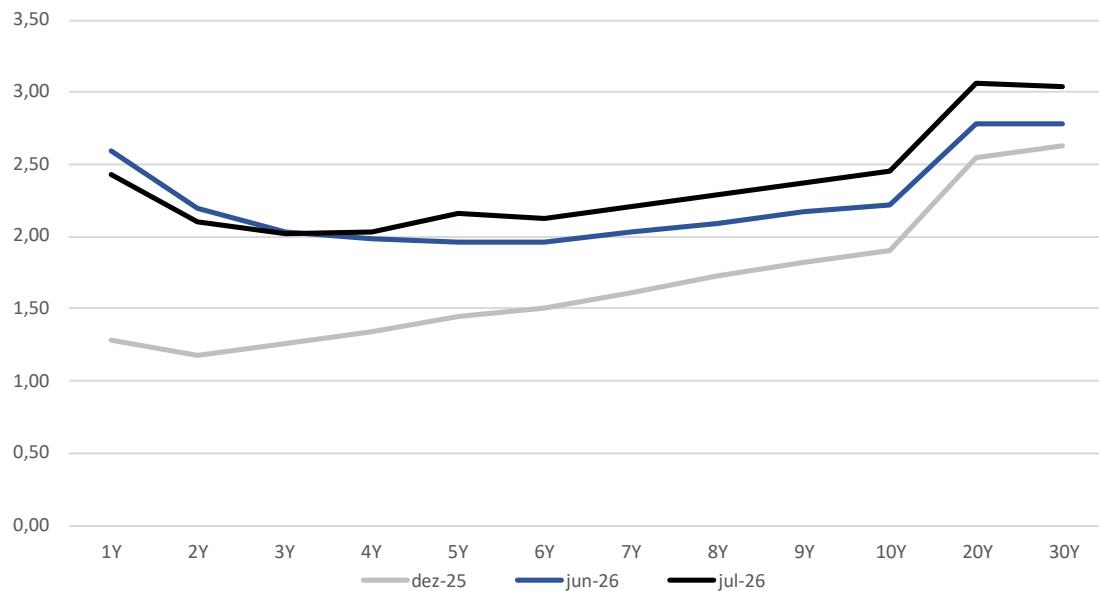


Curva de Juros Nominais EUA

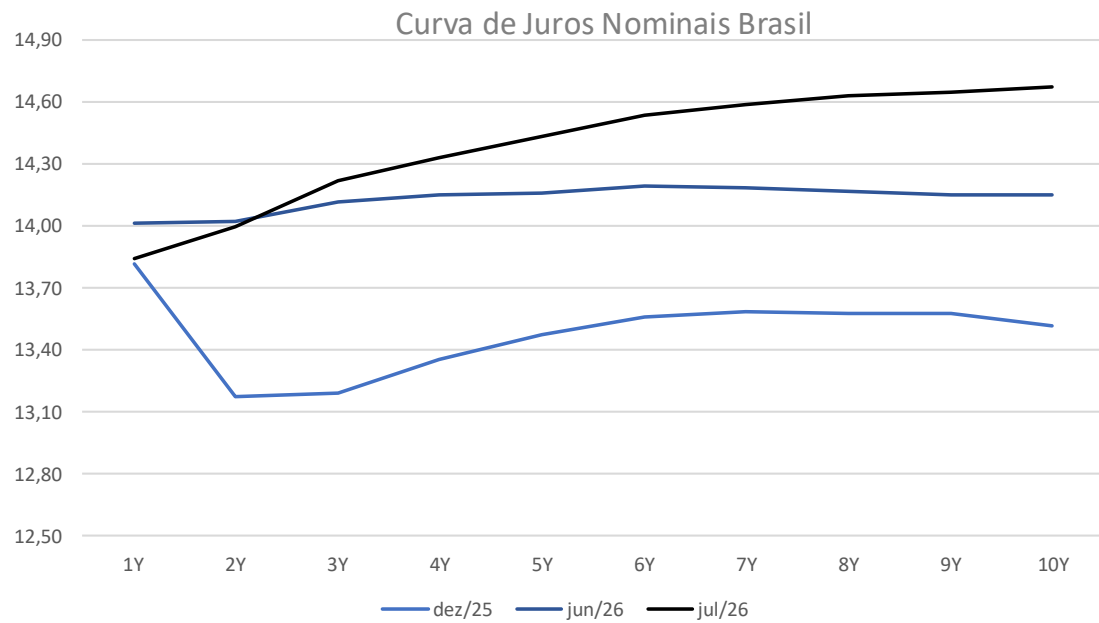


Fonte: Bloomberg / Elaboração: Azimut Brasil Wealth Management

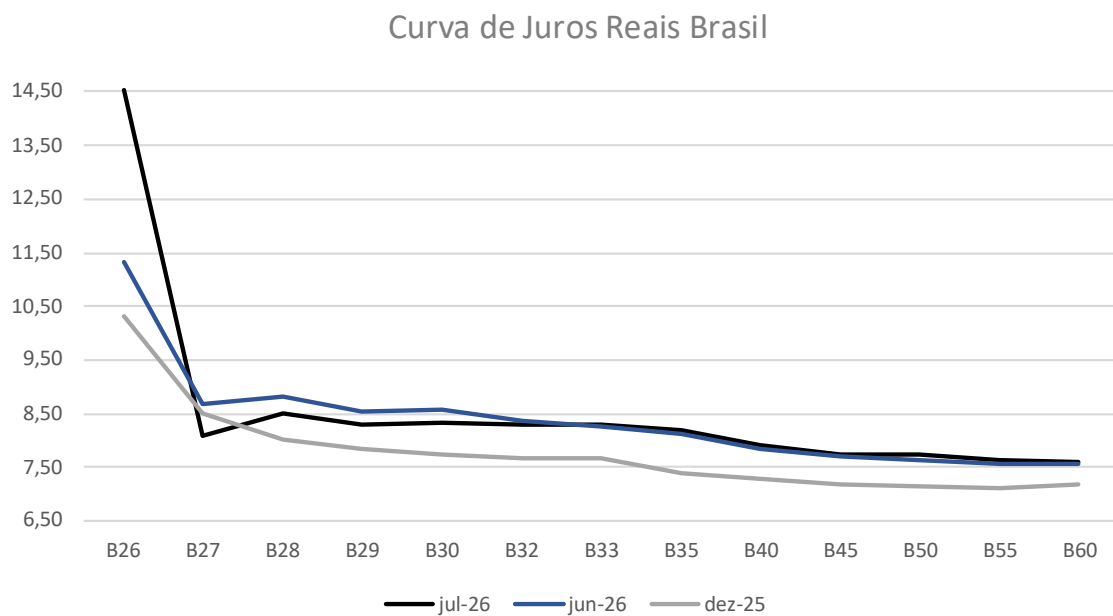
Curva de Juro Real USA



Fonte: Bloomberg / Elaboração: Azimut Brasil Wealth Management



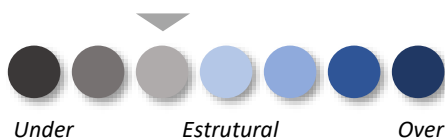
Fonte: Bloomberg / Elaboração: Azimut Brasil Wealth Management



Fonte: Bloomberg / Elaboração: Azimut Brasil Wealth Management



2. Crédito Privado



Em julho, o índice IDEX-CDI registrou alta de 2,04% (equivalente a 167,32% do CDI), encerrando o mês com carregos de 1,69%, um fechamento de 83 bps em relação a junho — sendo principalmente impactado pela redução de *spread* da Viveo, uma vez que grande parte dos ativos já se encontra em patamares baixos de taxa.

O primeiro mês do segundo semestre manteve o ritmo de valorização dos títulos de crédito, já gerando algum desconforto por parte dos especialistas com relação ao nível de taxa e carregos. Observa-se novamente que as taxas dos emissores considerados de baixo risco já retornaram ao menor nível dos últimos 12 meses, em especial os classificados como *ultra high grade*.

No âmbito dos eventos de crédito, o fato mais relevante do mês foi a homologação do plano de recuperação extrajudicial da Raízen, perfilando cerca de R\$ 61,4 bilhões em dívidas (o passivo total da operação soma R\$ 98,63 bilhões, dos quais R\$ 65,14 bilhões são créditos sujeitos ao plano). A adesão dos credores financeiros quirografários chegou a 81,6%, superando o mínimo legal. O acordo passa a ser vinculante para todos os credores enquadrados. Os principais termos do plano homologado são: aumento de capital de até R\$ 3,5–4 bilhões pela Shell e R\$ 500 milhões pela Aguassanta Participações; conversão de 45% dos créditos em ações a R\$ 0,25; refinanciamento dos 55% restantes da dívida entre Raízen Energia e Raízen Combustíveis; segregação de ativos, desinvestimentos e divisão futura da empresa em duas unidades (energia/etanol e combustíveis/distribuição), prevista até dezembro de 2027; e novo conselho com sete membros: quatro indicados pelos credores e três pelos acionistas (Cosan e Shell), com Rubens Ometto mantendo a presidência.

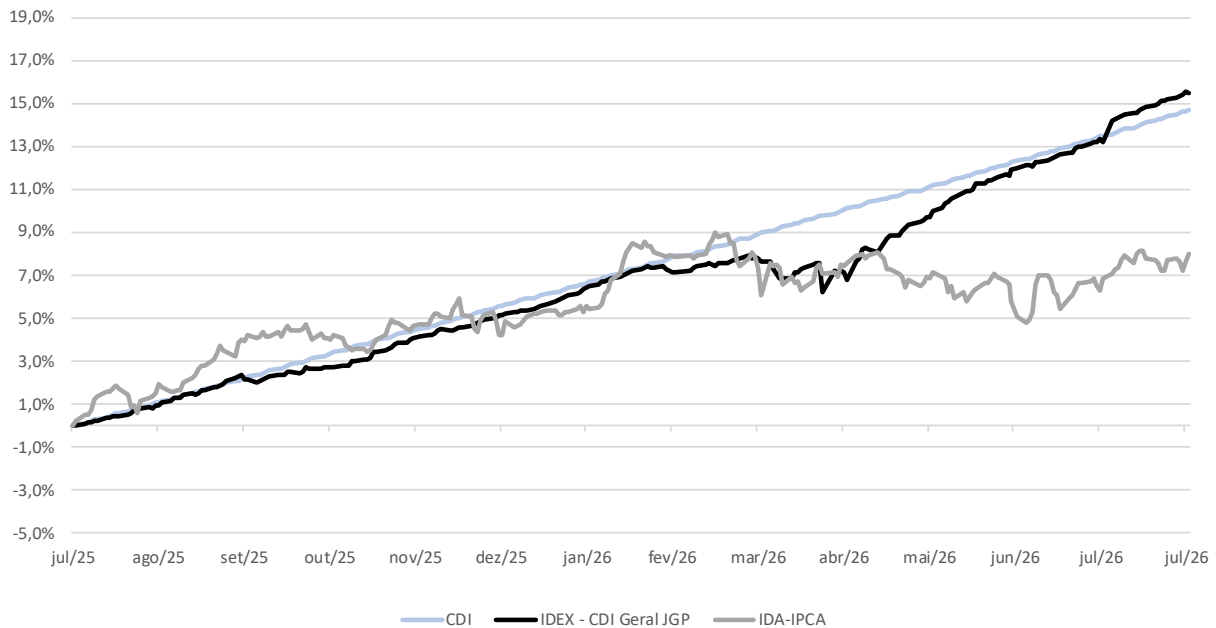
Os ativos atrelados à inflação registraram rentabilidade inferior ao CDI no período: o IDA-IPCA subiu 1,03%, enquanto o IDA-Geral avançou 1,23%. Segundo dados da ANBIMA, os fundos de crédito privado (Grau de Investimento e Crédito Livre) registraram captação líquida negativa de R\$ 3,3 bilhões em julho, mas ainda mantêm um saldo positivo acumulado de R\$ 80,2 bilhões em 2026.

No mercado primário, os destaques foram as emissões de:

- **LOCALIZA S.A.:** R\$ 5,6 bi (CDI + 1,25%, vcto. 07/2033).
- **AXIA ENERGIA S.A.:** R\$ 2,5 bi (sendo R\$ 1,3 bi CDI + 0,7% venc. 07/2033, R\$ 660 mm CDI + 0,85% venc. 07/2036 e R\$ 500 mm IPCA + 7,95% venc. 07/2036, incentivada).
- **TRANSMISSORA ALIANÇA:** R\$ 1,7 bi (CDI + 0,40%, vcto. 01/2028).
- **ISA ENERGIA BRASIL S.A.:** R\$ 1,50 bi (CDI + 0,42%, vcto. 07/2030).

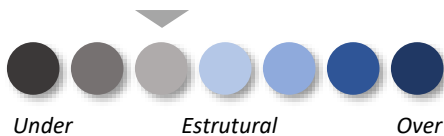


Benchmarks Crédito



Fonte: Quantum Axis / Elaboração: Azimut Brasil Wealth Management

3. Multimercados



O IHFA fechou julho no negativo, com queda de 0,19% no mês. No ano, o índice acumula alta de 3,07% (37,6% do CDI) e, em 12 meses, de 10,66% (72,5% do CDI).

Os fundos multimercados voltaram a registrar um mês de forte dispersão de retornos. Diferente dos meses anteriores, em que a volatilidade vinha, sobretudo, de juros, câmbio e petróleo por conta do conflito no Oriente Médio, julho foi dominado pela correção do setor de tecnologia americano: a queda concentrada nos nomes ligados à inteligência artificial, com destaque para semicondutores, pegou parte da indústria de surpresa e pesou sobre quem vinha com posições compradas em bolsa dos EUA. O movimento teve caráter mais técnico do que fundamental, ligado à desalavancagem forçada de estratégias de *momentum* e ETFs alavancados.

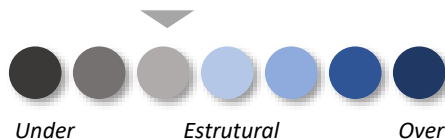
A leitura de posicionamento da indústria, obtida por regressão das cotas contra as principais classes de ativos, mostrou um movimento relevante de redução de risco ao longo do mês. As exposições mais nítidas foram: (I) posição aplicada em juros locais recuando dos picos do primeiro semestre, voltando para perto da média histórica; (II) posição comprada em bolsa brasileira ainda pequena; e (III) posição comprada em bolsa americana permanecendo elevada, sem sinal de redução.

No fluxo, a indústria registrou saída de R\$ 5,55 bilhões em julho. No ano, o saldo negativo já soma R\$ 12,19 bilhões, com destaque para os multimercados macros, que somam R\$ 8,8 bilhões de saída.



Fonte: Quantum Axis / Elaboração: Azimut Brasil Wealth Management

4. Renda Variável



Em julho, os mercados acionários apresentaram desempenho positivo no Brasil e negativo nos mercados internacionais. O Ibovespa encerrou o mês com alta de 3,47%, enquanto o índice B3 Small Caps registrou queda de -0,77%. No exterior, os mercados desenvolveram-se de forma predominantemente negativa, com o S&P 500 registrando variação de -0,13% e o Nasdaq Composite de -3,20%, enquanto o Euro Stoxx 50 + 0,47%, o Nikkei 225 -8,14% e o CSI 300 -7,86%, em suas respectivas moedas locais.

O petróleo voltou a entrar em trajetória de alta com o recrudescimento das negociações entre EUA e Irã, revertendo a queda no mês precedente para patamares anteriores ao início do conflito. Em momentos mais tensos na geopolítica, ataques no estreito de Bab El Mandeb suscitaram novamente uma preocupação com a extensão dos conflitos no Oriente Médio, podendo afetar mais um nó logístico no transporte marítimo de petróleo. Com isso, o comportamento dos ativos de risco, à exceção de energia, refletiu um ambiente de maior cautela.

Na carta anterior, havíamos mencionado a alta alavancagem presente no mercado sul-coreano em semicondutores como um dos possíveis riscos a serem monitorados. De fato, o risco se materializou, e o setor ligado a chips de memória, através da SK Hynix e Samsung, cedeu de forma intensa, contaminando o desempenho de tecnologia global como um todo. A divulgação de modelos avançados de IA na China também colaborou para a fraqueza do setor. Após o ajuste, o nível de alavancagem parece estar se normalizando e a preocupação com o *valuation* dessas empresas foi aliviada substancialmente. Os resultados divulgados



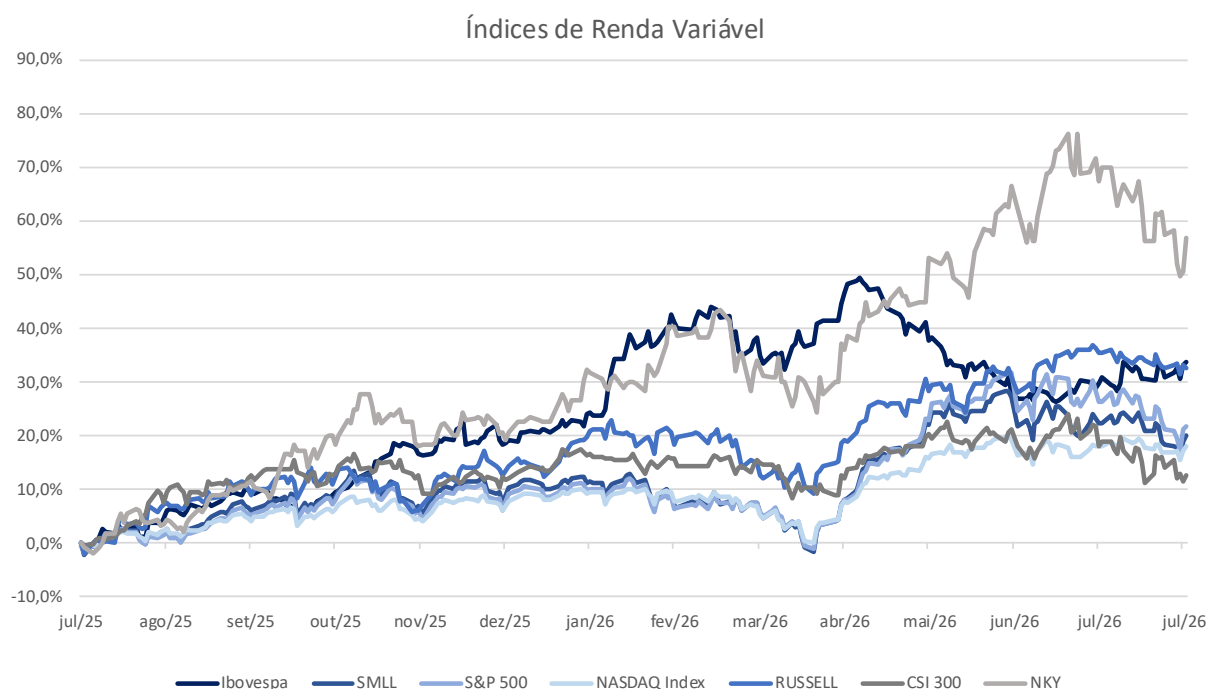
pelas Big Techs americanas, apesar do alto nível de investimento que pressiona o fluxo de caixa livre, acalmaram de forma mista o tema. O desenvolvimento da tecnologia continua a impactar o sentimento dos mercados com bastante atenção nos indícios de monetização do investimento e impacto nos fluxos de caixa das empresas.

A condução da política monetária no Brasil e nos EUA foi bastante debatida com algum alívio vindo dos dados contemporâneos de inflação, já aprofundado nos textos de macro e renda fixa no início da carta.

No mercado acionário local, a bolsa se comportou de modo inverso ao mês anterior com o setor de energia como o principal destaque positivo do mês, acompanhando a alta dos preços do petróleo. Em contrapartida, os setores domésticos desempenharam negativamente.

Para os próximos meses, o principal foco dos mercados deverá permanecer na evolução dos indicadores de inflação, tanto no cenário internacional quanto no doméstico, monitorando os impactos primários e secundários do petróleo. Paralelamente, espera-se uma intensificação das discussões em torno do cenário eleitoral brasileiro e de seus possíveis desdobramentos para a política econômica.

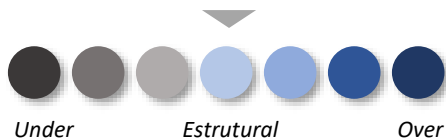
No fluxo de capitais, os investidores estrangeiros acumulam ingresso líquido de R\$ 36 bilhões no mercado à vista da B3 em 2026, com entrada líquida de R\$ 2,4 bilhões registrada ao longo do mês.



Fonte: Quantum Axis / Elaboração: Azimut Brasil Wealth Management



5. Câmbio

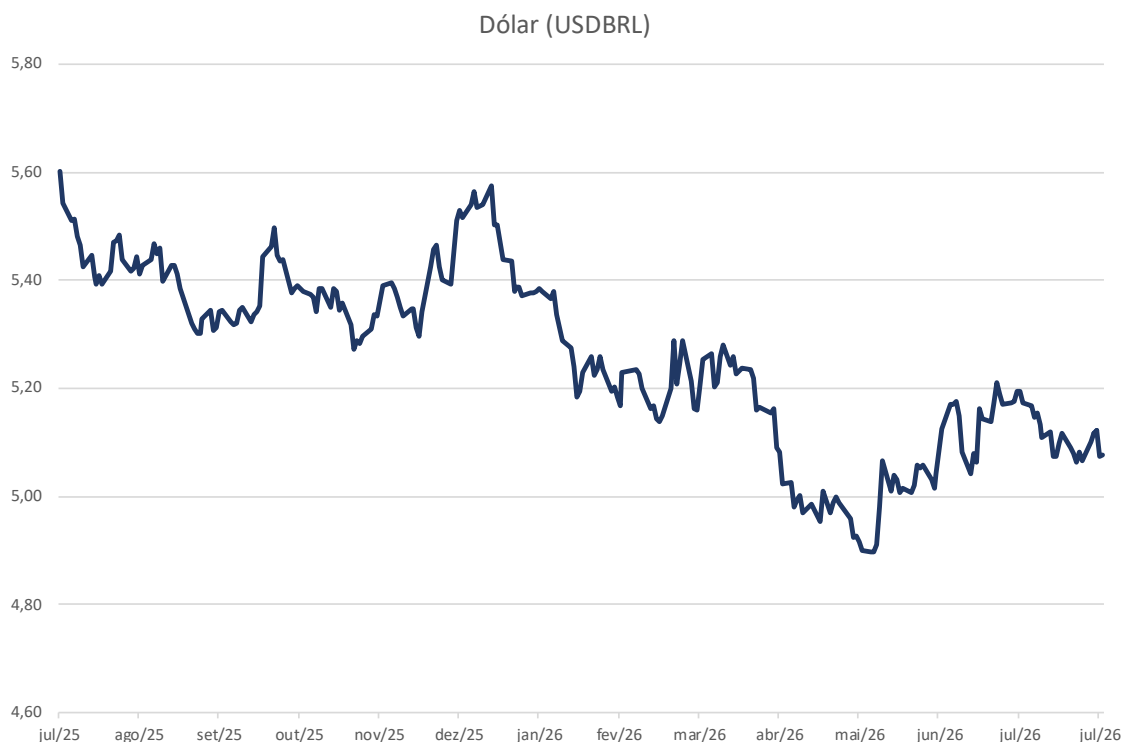


O real valorizou-se em julho e recuperou parte do terreno perdido no mês anterior. O dólar recuou 1,72% e encerrou o mês em R\$ 5,07, ante R\$ 5,16 no fim de junho, em movimento que decorreu mais de fatores de suporte à moeda brasileira do que de fraqueza generalizada da divisa americana.

O principal apoio proveio de duas frentes. De um lado, o diferencial de juros manteve-se elevado e seguiu atraindo fluxo para operações de *carry*, com a Selic a 14,25% ante a faixa de 3,50% a 3,75% nos Estados Unidos. De outro, a valorização expressiva do petróleo — que voltou a acelerar com o recrudescimento das tensões entre Estados Unidos e Irã e encerrou o mês perto de US\$ 90 — beneficiou o real, dado que o Brasil é exportador da commodity e a alta tende a ampliar a entrada de dólares no país.

Nem todos os vetores, contudo, favoreceram a moeda. As próprias tensões no Oriente Médio elevaram a demanda por ativos considerados seguros em alguns momentos, e o *sell-off* dos juros longos americanos, com a Treasury de 10 anos avançando para 4,73%, tornou os Estados Unidos um destino mais atrativo para o capital global, limitando a valorização do real. No âmbito doméstico, a pauta comercial com os Estados Unidos e a proximidade do calendário eleitoral, que começa oficialmente em agosto, permaneceram como fontes de ruído.

Olhando à frente, o diferencial de juros continua a ser o principal alicerce da moeda, mas a dinâmica cambial deverá seguir condicionada aos passos do Fed, ao comportamento do petróleo e à evolução do quadro fiscal e político doméstico.



Fonte: Quantum Axis / Elaboração: Azimut Brasil Wealth Management

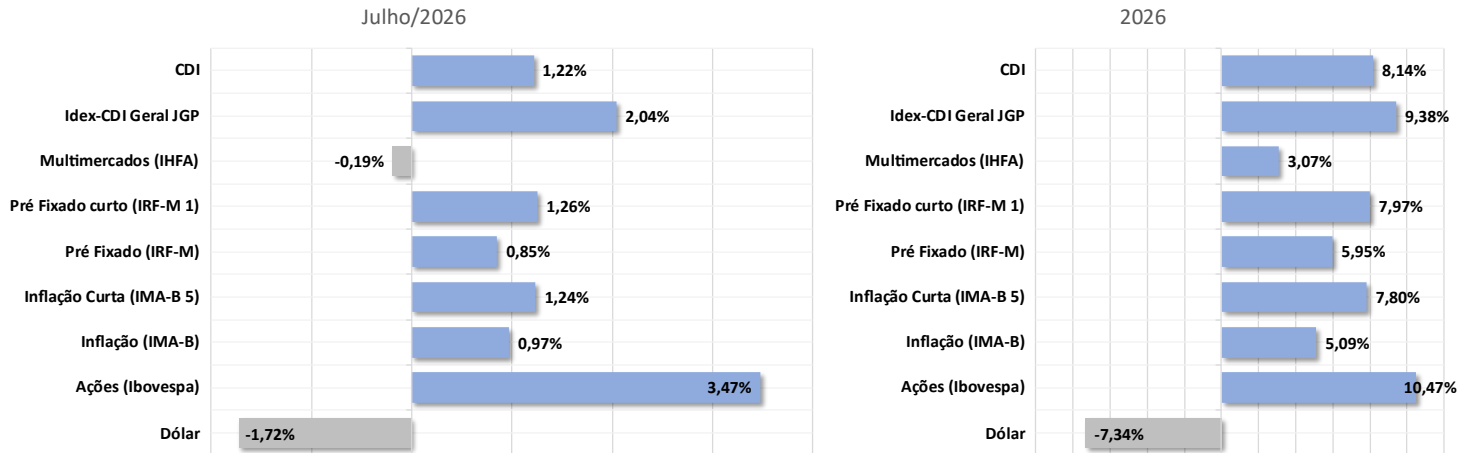


Fonte: Quantum Axis / Elaboração: Azimut Brasil Wealth Management



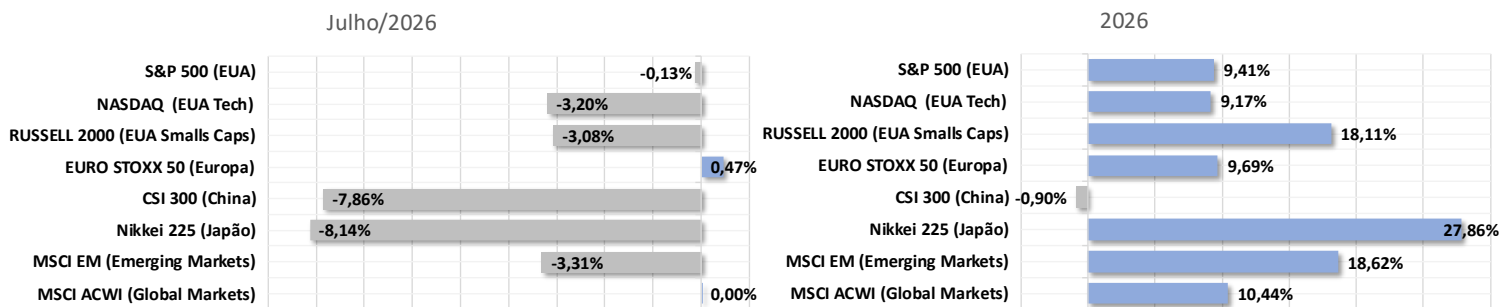
6. Indicadores

Mercados Locais



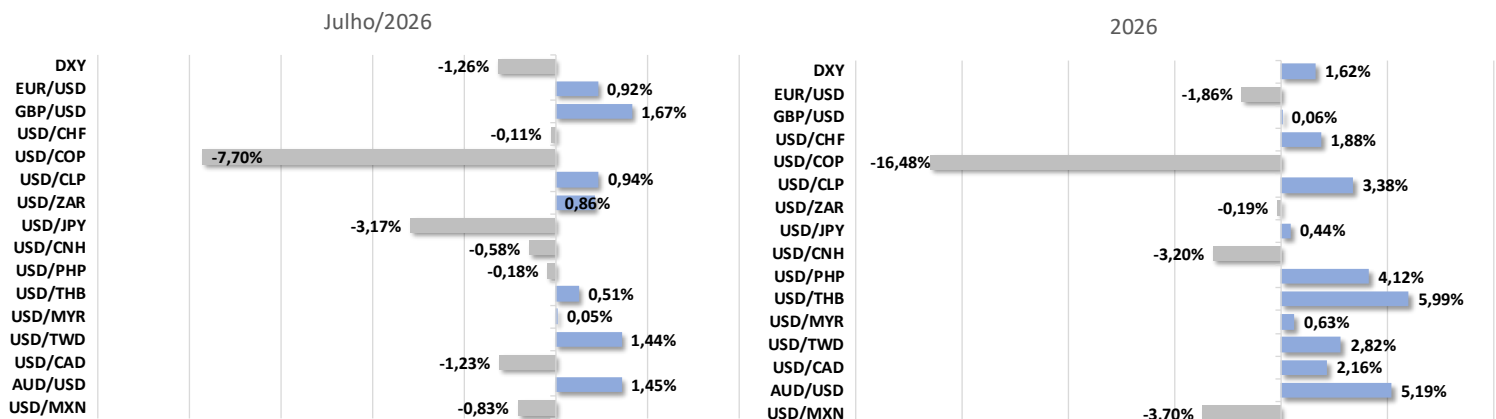
Fonte: Quantum Axis e Bloomberg / Elaboração: AZBWM

Mercados Globais



Fonte: Quantum Axis e Bloomberg / Elaboração: AZBWM

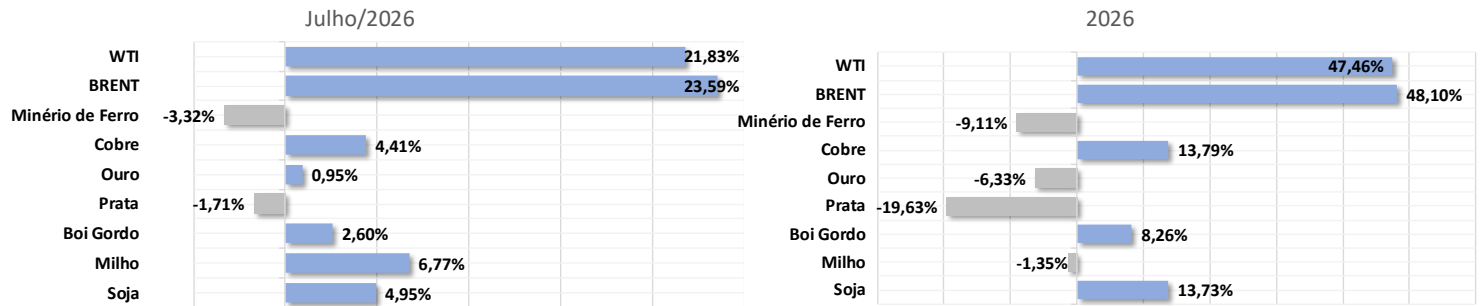
Moedas Seleccionadas



Fonte: Bloomberg / Elaboração: AZBWM

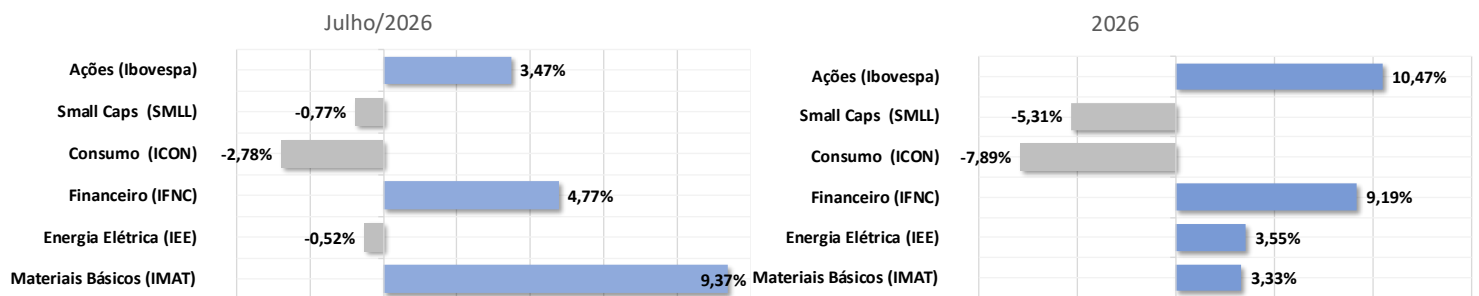


Commodities Selecionadas



Fonte: Bloomberg / Elaboração: AZBWM

Índices Brasil



Fonte: Quantum Axis e Bloomberg / Elaboração: AZBWM

Movimento nas Taxas de Juros Globais em Julho

PAÍS	MOEDA	2 Anos	Δ bps	5 Anos	Δ bps	10 Anos	Δ bps
EUA	USD	4,25%	▲ 14	4,39%	▲ 25	4,67%	▲ 30
CANADÁ	CAD	2,84%	▼ -26	3,12%	▲ 27	3,42%	▲ 30
SUIÇA	CHF	0,22%	▲ 14	0,44%	▲ 18	0,69%	▲ 16
REINO UNIDO	GBP	4,28%	▲ 17	4,39%	▲ 0,3	4,65%	▲ 31
ALEMANHA	DEM	2,77%	▲ 0,3	2,89%	▲ 0,3	3,19%	▲ 31
ITÁLIA	ITL	3,00%	▲ 31	3,40%	▲ 38	4,00%	▲ 39
ESPAÑA	ESP	2,85%	▲ 29	3,09%	▲ 31	3,59%	▲ 30
JAPÃO	JPY	1,57%	▲ 16	2,10%	▲ 17	2,70%	▲ 18
BRASIL	BRL	14,00%	▼ -3	14,44%	▲ 28	14,68%	▲ 53
MÉXICO	MXN	7,33%	▼ -1	8,01%	▲ 10	8,51%	▲ 16
CHILE	CLP	4,85%	▲ 41	5,18%	▲ 46	5,57%	▲ 45
COLÔMBIA	COP	11,35%	▲ 27	10,48%	▲ 32	10,32%	▲ 35
ÁFRICA DO SUL	ZAR	7,44%	▼ -6	8,09%	▲ 21	8,73%	▲ 31
CHINA	CNY	1,40%	▼ -0	1,52%	▲ 6	1,64%	▲ 5

Fonte: Bloomberg / Elaboração: AZBWM



SOBRE A AZIMUT BRASIL WEALTH MANAGEMENT

Somos a Gestora de Patrimônio do Grupo Azimut no Brasil, que provê soluções de investimento para investidores de alta renda, assessoria e aconselhamento financeiro independente, especializada em alocação de ativos para patrimônios individuais, familiares e empresariais.



Acompanhe nas redes sociais:



Baixe nosso aplicativo:



Disclaimer: Este material é meramente informativo e seu conteúdo é baseado em informações disponíveis ao público. Foi elaborado em caráter de boa-fé a partir de dados obtidos de fontes consideradas confiáveis e, dessa forma, as opiniões ora demonstradas podem ser modificadas a qualquer tempo, sem prévia comunicação. Este documento não representa uma recomendação e/ou expectativa de investimento ou performance para a aquisição de cotas de fundos de investimentos ou outros investimentos, nem deve servir como única base para tomada de decisões de investimento. A rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura. Antes de efetuar seus investimentos e, para melhor entendimento dos produtos, recomenda-se a leitura cuidadosa do Regulamento e Prospecto dos Fundos. As aplicações em fundos de investimentos estão sujeitas a riscos de investimento, incluindo a possibilidade de perda do capital investido e aportes adicionais para os fundos que possuam alavancagem. Os fundos de investimentos não contam com a garantia do Administrador do Fundo, do Gestor de Carteira, de qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Crédito - FGC. Desse modo, a Azimut Brasil Wealth Management não assume qualquer responsabilidade por quaisquer decisões de investimento baseadas neste documento. Desse modo, ressaltamos a responsabilidade pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação, bem como suas consequências, é assumida exclusivamente pelo usuário, eximindo a Azimut Brasil Wealth Management de todas as ações decorrentes do uso deste material. O seu conteúdo é destinado exclusivamente à(s) pessoa(s) e/ou organizações indicadas no endereçamento eletrônico, podendo conter informações confidenciais, as quais não podem, sob qualquer forma ou pretexto, serem utilizados, divulgados, alterados, impressos ou copiados, total ou parcialmente, por pessoas não autorizadas pela Azimut Brasil Wealth Management. Em caso de dúvida, fale com o seu Gerente.



Ouvidoria Azimut Brasil Wealth Management

0800 718 7831 | ouvidoria@azimutwealth.com.br

Azimut Brasil Wealth Management

Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr, 758 - 14º andar Conjunto 141 – CEP: 04542-000 | Fone: (11) 3552-7656 | Ouvidoria: 0800 718 7831